



<https://doi.org/10.59776/2357-8203.2026.7773>

DECOLONIALIDADE, DIALOGISMO E TENSÕES SOBRE GÊNERO: UMA TEIA DISCURSIVA EM CONFLITO

DECOLONIALITY, DIALOGISM, AND GENDER TENSIONS: A CONFLICTED DISCURSIVE WEB

Danielyson Yure de Queiroz Valentim¹

Júnior Alves Feitoza²

Luís Felipe Gomes Bezerra³

RESUMO: Os estudos decoloniais têm focalizado a ascensão de vozes silenciadas por sistemas e estruturas de poder no decorrer do tempo, marcadas por gênero, raça, heteropatriarcado, assim como “pela desapropriação de corpos e terras e, também, pela racionalidade ocidental como única estrutura e possibilidade de existência” (Walsh, 2023, p. 6). Este trabalho propõe uma análise derivada da articulação dos estudos decoloniais e dialógicos, a fim de identificar os embates entre discursos hegemônicos e discursos de resistência em relação ao gênero, a partir das ações e reações construídas com base nos enunciados produzidos no episódio de transfobia sofrido pela deputada Érika Hilton (PSOL-SP), no mês de setembro de 2023. Assim, para desenvolver este trabalho, amparou-se teórico e metodologicamente em obras de Bakhtin e o Círculo, a saber Bakhtin (2015; 2016; 2022), Volóchinov (2019; 2021), Medviédev (2018), bem como estudiosos que discutem sobre gênero e decolonialidade, Facchine (2003), Lacerda e Santos (2020), Quijano (2015), Silva (2021), Neves (2022), Walsh (2023). O discurso do deputado Isidório reflete uma concepção binária e biologizante de gênero, atrelada à ideia de sexo biológico em

¹ Graduação em Letras/Inglês pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialização em Docência no Ensino de Letras/Inglês (Instituto IMES). Mestrando em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPGL/UERN). danielysonvalentim@gmail.com

² Graduação em Letras pelo Centro Universitário UNIFIP. Mestrado em Formação de Professores (PPGFP/UEPB). Doutorando em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPGL/UERN). E-mail: alvesjunior338@gmail.com

³ Graduação em Letras/Inglês pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialização em Metodologias do Ensino de Línguas (IFSertãoPE). Mestrando em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPGL/UERN). E-mail: lufelipe.gb@gmail.com

oposição às construções identitárias e sociais. Em contraponto, as reações contrárias afirmam identidades trans e confrontam práticas discursivas que reforçam o preconceito e a exclusão. As tensões evidenciam o embate entre uma visão normativa e eurocêntrica e outras que ampliam a compreensão de gênero para além dos limites impostos pelo modernismo colonial.

Palavras-chave: decolonialidade; dialogismo; gênero; Érika Hilton.

ABSTRACT: Decolonial studies have focused on amplifying voices historically silenced by systems and structures of power marked by gender, race, and heteropatriarchy, as well as “by the dispossession of bodies and lands, and by Western rationality as the only structure and possibility of existence” (Walsh, 2023, p. 6). This paper proposes an analysis grounded in the articulation between decolonial and dialogic studies, aiming to identify the tensions between hegemonic and resistant discourses on gender, based on the actions and reactions evoked by utterances produced in response to the transphobic episode involving Congresswoman Érika Hilton (PSOL-SP) in September 2023. The study is theoretically and methodologically supported by the works of Bakhtin and the Circle, Bakhtin (2015; 2016; 2022), Volóchinov (2019; 2021), Medviédev (2018), as well as by scholars who discuss gender and decoloniality, such as Facchine (2003), Lacerda e Santos (2020), Quijano (2015), Silva (2021), Neves (2022), Walsh (2023). Congressman Isidório’s discourse reflects a binary and biologizing conception of gender, rooted in the idea of biological sex and opposed to social and identity-based constructions. In contrast, the responses affirm trans identities and challenge discursive practices that legitimize prejudice and exclusion. These tensions reveal a clash between a normative, Eurocentric perspective and others that seek to expand the understanding of gender beyond the constraints imposed by colonial modernity.

Keywords: decoloniality; dialogism; gender; Érika Hilton

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No dia 19 de setembro de 2023, tramitava na Câmara dos Deputados um projeto de lei originalmente apresentado em 2007 pelo então deputado Clodovil Fernandes⁴, falecido no mesmo ano. O relator da proposta, deputado Pastor Eurico (PL-PE), rejeitou integralmente o conteúdo do projeto e, em contraposição, apresentou outro texto⁵ que propunha a proibição de relações entre pessoas do mesmo sexo com características semelhantes às de uma “entidade familiar” (CNN Brasil, 2023). Na ocasião, a deputada Érika Hilton (PSOL-SP) foi chamada de “amigo” reiteradas vezes pelo deputado Pastor Sargento Isidório (Avante-BA), o que causou uma série de reações e respostas por parte dos que estavam presentes.

⁴ “O projeto do Clodovil pretendia mudar o Código Civil para prever a possibilidade de que duas pessoas do mesmo sexo possam constituir união homoafetiva por meio de contrato em que disponham sobre suas relações patrimoniais” (CNN, Brasil, 2023).

⁵ O projeto adotado pelo deputado Pastor Eurico era de autoria dos ex-deputados Paes de Lira e Capitão Assunção. “O texto acolhido, por sua vez, afirma que “nos termos constitucionais, nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode equiparar-se ao casamento ou a entidade familiar” (CNN, Brasil, 2023).

A deputada Erika Hilton, a primeira Deputada Federal negra e trans eleita na história do Brasil, pauta sua carreira política através da busca por justiça social, em especial pelas causas da comunidade LGBTQIAPN+, em defesa dos direitos das mulheres, pessoas trans e da população negra. A comunidade LGBTQIAPN+ possui um longo histórico de lutas e enfrentamentos para e pela sua existência e sobrevivência. No Brasil, de acordo com Facchine (2003), Lacerda e Santos (2020), essas lutas datam desde os anos 1950 onde os primeiros espaços ocupados pela comunidade surgiram como tentativa de sociabilidade e diversão, porém, enfrentou a repressão pelos militares e era vista pela instituição médica como desviante e/ou patológica. Essa visão distorcida sobre comunidade LGBTQIAPN+ consolidou um modelo cisheteropatriarcal, pessoas que se identificam com o gênero atribuído a elas no nascimento, não têm atração sexual por pessoas do mesmo gênero e veem figuras masculinas como superiores a outras, algo que já se normatizou através da herança colonial e que foi adentrando e construindo a política e a cultura brasileiras.

Isso posto, o presente artigo visa analisar os enunciados derivados das ações e reações reverberadas em torno do episódio de transfobia sofrido pela deputada Érika Hilton do (PSOL-SP), no mês de abril de 2023. De forma específica, buscamos identificar os embates entre o discurso hegemonicamente sexista e os discursos de resistência de gênero. Assim, o trabalho situa-se no campo das ciências humanas e orienta-se por três linhas: teórico-metodológica, que se refere ao embasamento teórico e ao caminho percorrido para sua construção; analítica, em que se observa e descreve como funcionam os discursos/textos; e interpretativa, que vai além da descrição das funções dos discursos/textos, vê-se as intenções e os contextos que caracterizam os discursos, constrói-se sentidos (Brait, 2015).

Nesse sentido, articulamos em nosso trabalho, os estudos decoloniais e a perspectiva dialógica da linguagem, uma vez que a primeira teoria busca dar voz aos grupos subalternizados e invisibilizados histórica e epistemologicamente por estruturas do poder hegemônico, que é mantido a partir de marcas de gênero e de raça, do heteropatriarcado, da acumulação política, da expropriação de corpos e terras e da ocidentalidade como única racionalidade legítima (Walsh, 2023). Junto a esse propósito, amparamo-nos aos pressupostos da teoria dialógica da linguagem, segundo a qual todo discurso é produzido a partir do diálogo com outros discursos e que se constitui na alteridade de sujeitos e vozes de outrem. Dessa forma, nos fundamentamos nos estudos decoloniais (Quijano, 2005; Silva, 2021; Neves, 2022; Walsh, 2023) em consonância com a proposta dialógica da linguagem por Bakhtin e o Círculo (Bakhtin, 2015, 2016, 2022; Volóchinov, 2019, 2021; Medviédov, 2018).

Destarte, este trabalho está organizado da seguinte maneira: além desta seção introdutória, apresentamos uma seção dedicada a estabelecer diálogos teóricos possíveis entre os estudos decoloniais e a concepção dialógica da linguagem. Em seguida, desenvolvemos a seção de análise e discussão, intitulada “Vozes em confronto: discursos hegemônicos e de resistência na Câmara dos Deputados”. Por fim, elaboramos nossas considerações finais, nas quais refletimos sobre o percurso e os resultados da investigação realizada.

2 DECOLONIALIDADE E DIALOGISMO: CAMINHOS POSSÍVEIS DE INTERLOCUÇÃO TEÓRICO-DISCURSIVA

Para compreender a origem dos estudos decoloniais, se faz necessário, antes, adentrar em algumas discussões fundamentais que nos permitem visualizar a origem da dominação eurocêntrica em nossa sociedade, nos mais diferentes âmbitos da atividade humana. Partimos do princípio de que nada ocorre por acaso ou está isento

de intencionalidade, assim, toda ação é precedida por interesses e estruturas históricas. O processo de globalização que vivenciamos na contemporaneidade é resultado direto da colonização das Américas e da expansão de um capitalismo de base colonial. Esse processo tem início com a invasão e exploração das Américas no século XVI, marco a partir do qual o mundo começa a ser organizado sob lógicas e reverberações eurocentradas (Quijano, 2005).

É nesse contexto de constituição de um novo padrão de poder que se instaura a classificação social da população com base na ideia de raça. Os povos europeus passaram a ser considerados superiores em relação aos demais (negros, indígenas e outros grupos) e essa hierarquização racial tornou-se fundamento para práticas sistemáticas de dominação e desumanização (Quijano, 2005). Para Quijano (2005), a dicotomia conquistador-conquistado constitui o eixo estruturante da organização social da América após a colonização e, posteriormente, da própria constituição do mundo moderno:

A codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia (Quijano, 2005, p. 113).

Nesse caso, a noção de raça foi usada como justificativa para as relações de dominação dos colonizadores com os colonizados. A partir dos traços biológicos, os colonizadores atribuíram aos povos negros, indígenas e demais povos uma hierarquização que os colocava na posição de inferiores ao branco. Para além dessa segregação racial, o capitalismo como nova estrutura de controle do trabalho colocou a “escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário” (Quijano, 2005, p. 118) como forma de exploração da produção e dos grupos considerados inferiores.

Desde então, na América Latina, as tentativas de inclusão dos povos subalternizados desde a colonização sempre tiveram que lidar com oposições e resistência das oligarquias “de poder organizadas em toda esta parte do continente, quer fosse no sul-sudeste brasileiro, em Buenos Aires, na Argentina, ou mesmo na Cidade do México” (Neves, 2022, p. 316).

Diante desse cenário, os europeus e sua cultura, traços e características dominaram todos os espaços, inclusive os espaços já ocupados por outras raças e culturas de forma violenta. Assim, não houve saída para os povos subalternizados, a não ser a de se submeterem a essa força de dominação e exploração. Neves (2022, p. 316) descreve:

Nesse processo lhes coube uma única descendência, a europeia, ou, de forma ainda mais generalista, assumirem-se “filhos de deus”, duas discursividades que impuseram e continuam reforçando as estruturas do patriarcado. O poder pastoral sempre foi administrado pelos homens e em momento algum deixou de estabelecer superioridade do homem branco e heterossexual.

Os povos negros, indígenas e os demais foram obrigados a fazer de sua formação identitária a formação identitária do europeu, invisibilizando, desse modo, sua ancestralidade, seus costumes e culturas. Esse viés unilateral de pertencimento sustenta e dissemina, até os dias atuais, o primado do patriarcado e do homem

branco heterossexual e cristão. Por esse contexto, compreendemos que mesmo após a colonização, as estruturas de dominação raciais, epistemológicas e econômicas perpetuam suas influências em nossa sociedade.

Isso posto, adentramos agora ao surgimento dos estudos decoloniais que nascem a partir do giro epistêmico e político impulsionado pela crítica às bases culturais pautadas na marginalização promovida pelos processos de colonização do movimento pós-colonialista. O giro decolonial propõe uma maneira diferente de pensar e produzir conhecimento tendo como base as “demandas contemporâneas e históricas dos povos que foram colonizados na América Latina e no Caribe” (Silva, 2021, p. 38). Com a criação do Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos (GLAES) que tinha como objetivo “dar voz e visibilidade ao subalterno, espoliado nestes cerca de cinco séculos de colonização e exploração” (Silva, 2021, p. 297), a América Latina e o Caribe ganharam participação nas discussões pós-colonialistas. Ainda, Silva (2021, p. 297) afirma que:

Sob a influência das ideias de grandes pensadores como Franz Fanon, Aimé Césaire, Albert Memmi, Ranajit Guha, Gayatri Chakrabarty Spivak, Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty, Homi Bhabha, Edward Said, Stuart Hall, entre outros, o grupo evidenciou as relações entre centro e periferia, com ênfase nas denúncias da violência e dos prejuízos imputados aos povos latino-americanos pela colonização.

Esses autores contribuíram de forma significativa na construção de reflexões essenciais sobre a relação entre centro e periferia. A partir deles, o grupo GLAES passou a manifestar as marcas deixadas pela colonização, no que diz respeito à violência e aos danos históricos ao perceberem que os estudos centrados na teoria crítica do pós-modernismo e pós-estruturalismo nos Estados Unidos e na Europa não dariam conta de fazer emergir os povos subalternizados e invisibilizados nos 500 anos de colonização (Silva, 2021).

Partindo do entendimento de que os estudos decoloniais buscam dar voz aos grupos subalternizados e invisibilizados pela herança do pensamento colonial em nossa sociedade, como também, “a possibilidade concreta de superação dessas forças, invisíveis e visíveis, que perpassam hegemonicamente as diferentes dimensões das sociedades latino-americanas” (Silva, 2021, p. 299), articulamos, em nosso diálogo, o conceito de dialogismo, conforme proposto por Bakhtin e o Círculo, a fim de enriquecer nossa discussão. Já que a concepção bakhtiniana compreende o dialogismo não apenas como elemento constitutivo da linguagem, mas também como fundamento da própria formação do ser humano, de sua consciência e identidade construída na alteridade de sujeitos e vozes diversificados. Assim, compreendemos a linguagem como princípio mediador de toda atividade humana (Bakhtin, 2016).

Ao adentrarmos no campo teórico da arquitetônica do pensamento bakhtiniano, filiamos-nos a uma concepção de sujeito historicamente situado e inacabado, cuja constituição se dá na/pelas experiências e nas relações vivenciadas em situações concretas de interação (Alves, 2015). A linguagem, nesse horizonte, é compreendida como uma prática social e histórica, atravessada por valores dialógicos e ideológicos. Nesse sentido, Bakhtin (2022) afirma que a linguagem só vive na comunicação dialógica entre sujeitos inseridos em contextos reais de interação, pois é precisamente nesse espaço relacional que ela encontra seu verdadeiro campo de existência, sua essência e forma de ser.

Assim, ao discurso está vinculado, como parte constitucional, uma orientação dialógica, ou seja, todo discurso se relaciona com outros discursos, de forma que quando falamos, não fazemos isso dentro do vazio, mas estamos respondendo a outras vozes, ideias, textos, valores e sempre carregados de avaliações, juízos e entonações (Bakhtin, 2016). Portanto, o nosso discurso entra em uma arena discursiva ao tomar posição em relação ao que já foi dito antes e constrói-se a partir da resposta antecipável do interlocutor, em seu campo aperceptivo (Bakhtin, 2015). Ainda, sobre a orientação do discurso, Volóchinov (2019, p. 280, grifo do autor) diz:

Observamos que todo discurso é um discurso *dialógico* orientado para outra pessoa, para sua *compreensão* e *resposta* real ou possível. Essa orientação para o “outro”, para o ouvinte, pressupõe inevitavelmente a consideração da inter-relação *sócio-hierárquica* que existe entre os interlocutores.

Nesse contexto, entendemos que o caráter dialógico é inerente a toda enunciação, ainda que em alguns textos não seja possível perceber a resposta do ouvinte de imediato ou de forma clara, o que será levado em consideração é a expectativa de compreensão e reação do interlocutor para a produção do enunciado. Em outras palavras, todo e qualquer discurso é destinado a um interlocutor específico, e este interlocutor realiza uma escuta ativa e avaliativa, ainda que silenciosamente, o interlocutor produz uma resposta em concordância ou discordância, crítica ou outro posicionamento acerca do que foi dito.

Ao articular os estudos decoloniais e a concepção dialógica de linguagem, podemos destacar que, assim como Quijano (2005) discute em seu estudo a desestabilização da estrutura de poder que subalternizou durante toda a história vozes de pessoas negras, indígenas e outros grupos, o dialogismo bakhtiniano entende a linguagem como uma arena de vozes em confronto (Bakhtin, 2015), assim, fazer emergir vozes marginalizadas não se configura apenas como um ato político, mas o reconhecimento das diversas vozes que constituem a tessitura da linguagem.

Ao promover o giro epistêmico que busca dar visibilidade a outras epistemologias que não apenas as eurocentradas (Silva, 2021), esse pensamento corrobora a crítica de Bakhtin ao monologismo. Para o autor, a linguagem é heterogênea e não pode ser reduzida a um único ponto de vista, Bakhtin (2015). Desse modo, o dialogismo alinha-se aos estudos decoloniais ao tornar possível a luta por epistemologias outras na pluralidade de vozes. Para além disso, Neves (2022), ao criticar o esquecimento da ancestralidade e da identidade dos povos subalternizados, nos faz entender, pelo viés dialógico, que essas vozes foram silenciadas dentro da arena discursiva. O trabalho de dar visibilidade a elas torna-se um ato responsivo em relação ao que já foi imposto historicamente.

Apoiar-se na compreensão de que o sujeito se situa historicamente e é inacabado, como pontua Alves (2015), é afirmar, de igual modo, que, para os estudos decoloniais é inadmissível construir um sujeito universal e neutro. Para Bakhtin (2022), o sujeito se constitui nas interações pela alteridade em situações reais de comunicação. Concomitantemente, para Silva (2021), o sujeito das regiões subalternizadas foi construído com base no “outro”, no europeu, e devido a isso, deve ser reinscrito discursivamente e historicamente através da promoção de seus próprios saberes e práticas.

3 VOZES EM CONFRONTO: DISCURSOS HEGEMÔNICOS E DE RESISTÊNCIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

No episódio descrito na introdução deste trabalho, observamos a presença de dois direcionamentos discursivos bastante distintos. De um lado, o Deputado Pastor Isidório (Avante-BA), cujo discurso se ancora na religiosidade cristã evangélica, utilizando a sua interpretação da Bíblia como base para se posicionar axiologicamente frente à discussão sobre gênero. De outro, a Deputada Erika Hilton (PSOL-SP), mulher trans, sustenta uma visão alinhada às pautas defendidas pela comunidade LGBTQIAPN+, compreendendo o gênero como uma construção social atravessada por múltiplos fatores. Nessa perspectiva, é a identificação comportamental que define a caracterização do sujeito em determinado gênero.

Considerando que, na perspectiva dialógica da linguagem, o discurso só pode ser compreendido se analisado além de seus aspectos linguísticos, sendo necessário observá-lo também a partir de seu contexto social, como bem sintetiza Brait (2015, p. 88), ao afirmar que “a abordagem do discurso não pode se dar somente a partir de um ponto de vista interno ou, ao contrário, de uma perspectiva exclusivamente externa. Excluir um dos polos é destruir o ponto de vista dialógico”. Torna-se relevante observar fatores como o local de produção, quem são os interlocutores e quais suas relações com o meio. Por isso, julgamos importante apresentar uma breve contextualização dos sujeitos locutores, cujos discursos compõem a base desta análise.

Em primeiro lugar, temos o Deputado Pastor Sargento Isidório, policial militar aposentado, pastor evangélico e atualmente deputado federal pelo Estado da Bahia (Avante-BA). Suas principais frentes de atuação política concentram-se na defesa da chamada “família tradicional”, na proteção religiosa amparada em uma reflexão que faz da Bíblia e no fortalecimento da segurança pública. Em contraponto, a Deputada Érika Hilton, reconhecida por ter sido a primeira vereadora trans eleita em São Paulo e, atualmente, deputada federal pelo mesmo estado (PSOL/SP), direciona seu trabalho legislativo em defesa dos direitos LGBTQIAPN+, das mulheres, das pessoas trans e da população negra. O reconhecimento dos sujeitos por trás dos discursos e do contexto comunicativo em que se inserem, nos permite acessar camadas de sentido que ultrapassam a análise estritamente linguística. A seguir, destacamos os enunciados que fundamentam nossa análise:

Érika Hilton

“Eu gostaria que Vossa Excelência também considerasse que as pessoas ficam emocionadas pelo absurdo da coisa que estão falando” (Terra Brasil, 2023).

Pastor Sargento Isidório

“A Bíblia não é um absurdo, meu amigo. A Bíblia não é um absurdo, meu amigo. A Bíblia é a palavra de Deus, meu amigo” (Terra Brasil, 2023).

A discussão na Câmara dos Deputados, mais especificamente na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, girava em torno de um projeto de lei que “pretendia mudar o Código Civil para prever a possibilidade de que duas pessoas do mesmo sexo possam constituir união homoafetiva por meio de contrato em que disponham sobre suas relações patrimoniais” (CNN Brasil, 2023). Em oposição à proposta, o relator do texto, deputado Pastor Eurico (PL-PE),

argumentou que “aprovar o casamento homossexual é negar a maneira pela qual todos os homens nascem neste mundo, e, também, é atentar contra a existência da própria espécie humana” (CNN Brasil, 2023).

Em determinado momento da discussão, após a deputada Érika Hilton afirmar que a emoção presente se devia ao “absurdo da coisa que estão falando”, sua fala se dirige diretamente aos argumentos utilizados por parlamentares contrários à união entre pessoas do mesmo sexo, argumentos esses ancorados em preceitos religiosos e passagens bíblicas. Em resposta, o deputado Sargento Pastor Isidório reage com um discurso ofensivo à deputada, chamando-a repetidamente de “meu amigo”. Como se observa em sua fala: “A Bíblia não é um absurdo, meu amigo. A Bíblia não é um absurdo, meu amigo. A Bíblia é a palavra de Deus, meu amigo” (CNN Brasil, 2023).

Cabe pontuar que o Brasil, através do Art. 11, inc. 2º da Constituição de 1891, desvinculou da união a vigilância e a repressão de cultos religiosos (Gamen, 2008, p. 12), artigo reiterado nas constituições seguintes que firmam o país como laico e de livre culto. Desse modo, o debate de que a visão desta ou daquela religião deve prevalecer, é inválido quando se trata de política e direitos civis. Este ponto se faz relevante por conta dos sujeitos em embate, em que um deles usa o cargo religioso que representa como título “Deputado Pastor Isidório”, a religiosidade é colocada como uma característica a ser demarcada, tanto pelo deputado, quanto, também, se faz importante para nosso propósito analítico.

Essa demarcação titular da religião da qual o Deputado faz parte, nos leva a crer que ele carrega de forma declarada o seu posicionamento religioso para dentro do seu discurso político que, por consequência, é norteado por ele. A Deputada Erika Hilton, apesar de não atribuir a si de forma titular as pautas que carrega, também possui essa mesma imagem, uma vez que seu corpo é o “título” que não está presente em seu nome.

O discurso do pastor Isidório demarca um discurso religioso, hegemônico e de base conservadora partindo de uma visão eurocêntrica e heteropatriarcal. Esse posicionamento traz validação de uma hierarquia de gênero firmada em códigos religiosos, (Quijano, 2005). Ao insistir em chamar a deputada Érika Hilton de “meu amigo”, revela uma negação de sua identidade de gênero, submetendo corpos dissidentes à lógica cisheteropatriarcal.

É possível notar que, através dos discursos dos parlamentares, muito além de opiniões individuais, notamos marcadores de posicionamentos sociais, históricos e ideológicos, já que “a criação ideológica e sua compreensão somente se realizam no processo da comunicação social” (Medviédev, 2018, p. 49). Esse conflito revela o que Bakhtin (2016) entende como interação de vozes sociais, nesse caso, marcadas por crenças, valores e posicionamentos axiológicos divergentes. O discurso do deputado pastor Isidório atua como invisibilizador de outros discursos que identificam outras identidades de gênero. Tais discursos reverberam, pelas lentes dos estudos decoloniais, uma continuidade do projeto colonial, que usufruem do poder religioso e político para perpetuar sua dominação, utilizando corpos e identidades subalternizadas como símbolos de poder (Quijano, 2005).

Durante o ocorrido, também foi possível identificar outras respostas por parte de parlamentares ao discurso do deputado Isidório. Essas intervenções ecoavam o pedido de respeito à deputada Érika Hilton, para que fosse tratada como de fato é: uma mulher. Esses discursos-resposta podem ser compreendidos como estratégias de resistência decolonial, na medida em que rompem com vozes dominantes e reivindicam a ocupação de espaços historicamente negados aos grupos subalternizados. Por fim, o movimento de apagamento da identidade da deputada

Érika Hilton pelo deputado Isidório, figura político-religiosa, revela uma intersecção de opressão colonial, enquanto que os discursos-resposta fazem reverberar marcadores de resistência interseccionais (Neves, 2022).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar os enunciados decorrentes do episódio de transfobia vivenciado pela deputada federal Érika Hilton, ocorrido na Câmara dos Deputados, buscando compreender os embates discursivos entre um posicionamento hegemonicamente sexista e os discursos de resistência de gênero. A análise, orientada por um entrecruzamento teórico entre os estudos decoloniais e a concepção dialógica da linguagem, permitiu visibilizar a cena política como uma arena na qual vozes se confrontam não apenas no plano ideológico, mas em sua dimensão histórica, identitária e epistêmica.

A partir do episódio analisado, foi possível observar que os discursos proferidos no espaço parlamentar não se configuram como falas isoladas ou neutras, mas como reverberações de uma longa história de dominação colonial e patriarcal, que atua no campo da economia e da política e, para além destes, também na constituição dos sujeitos e de seus modos de existir e resistir. O uso reiterado da expressão “meu amigo” pelo deputado Pastor Isidório não é um simples equívoco linguístico: é um gesto discursivo que visa negar a identidade de uma mulher trans negra, apagando deliberadamente sua existência como sujeito político. Tal atitude encontra respaldo em um discurso religioso conservador que, ancorado em marcas coloniais, instrumentaliza a fé como dispositivo de poder para sustentar a norma cisheteropatriarcal (Quijano, 2005; Neves, 2022).

Contudo, foi também nesse espaço de apagamento que emergiram vozes-resposta. A atuação de Érika Hilton e de outros parlamentares que exigiram respeito à sua identidade de gênero se mostra como prática enunciativa de resistência, inscrita na luta por reconhecimento e justiça epistêmica. Esses discursos tensionam a lógica monológica que ainda insiste em regular os modos legítimos de existência, fazendo reverberar outras epistemologias e outras histórias. Como aponta Bakhtin (2022), todo discurso se dá em resposta a outros discursos, e é nesse entrelugar que se inscreve o potencial político do enunciado: responder ao silenciamento com presença, com linguagem, com ação.

O cruzamento entre os estudos decoloniais e o dialogismo revelou-se, portanto, fecundo para desvelar o conteúdo ideológico dos discursos, como também a construção valorativa e os modos de subjetivação que neles se produzem. Ao mobilizar essa perspectiva, afirmamos a centralidade da linguagem como campo de disputa e reconhecemos o caráter histórico e situado dos sujeitos enunciadore

Por fim, entendemos que este trabalho não se encerra em si mesmo. Ele abre caminhos para outras investigações que problematizam as formas de apagamento e resistência de vozes subalternizadas nos espaços institucionais, midiáticos e acadêmicos. Sugerimos, como desdobramentos futuros, o aprofundamento das análises em torno da presença de sujeitos dissidentes de gênero e raça em outros espaços de poder e decisão, bem como o mapeamento das estratégias discursivas que esses sujeitos mobilizam para (re)existir em contextos de tensão e hostilidade. Em tempos de recrudescimento do conservadorismo e da violência simbólica, é urgente seguir produzindo conhecimento comprometido com a escuta, com a pluralidade e com a decolonização da linguagem e da política.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. P. S. O enunciado concreto como unidade de análise: a perspectiva metodológica bakhtiniana. In: RODRIGUES, R. H. PEREIRA, R. A. (org.) **Estudos dialógicos da linguagem e pesquisas em linguística aplicada**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016. p. 163-177.
- BAKHTIN, M. **Teoria do romance I: A estilística**. Tradução, prefácio, notas e glossário de Paulo Bezerra; organização da edição russa de Serguei Botcharov e Vadim Kójinov. São Paulo: Editora 34, 2015.
- BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Tradução feita a partir do russo; tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 5. ed. Tradução Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense - Universitária, 2022.
- BRAIT, B. A construção coletiva da perspectiva dialógica: história e alcance teórico-metodológico. In: FIGARO, Roseli. (Org.). **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2015.
- CNN Brasil. Deputado comete transfobia e chama Érika Hilton de “amigo” durante sessão da Câmara. 19 set. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/deputado-comete-transfobia-e-chama-erika-hilton-de-amigo-durante-sessao-da-camara/>. Acesso em: 11 jul. 2025.
- FACCHINI, R. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. Cad. AEL, v.10, n.18/19, 2003. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20788_arquivo.pdf. Acesso em: 11 jul. 2025.
- GANEM, C. M. S. Estado laico e direitos fundamentais. In: DANTAS, B. et al. **Constituição de 1988: Os alicerces da redemocratização** (Os alicerces da redemocratização). Brasília, DF: Senado Federal, 2008. v. 1, 2008. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-estado-laico-e-direitos-fundamentais#:~:text=Assim%2C%20a%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20de%201891,o%20exerc%C3%ADcio%20de%20cultos%20religiosos%E2%80%9D>. Acesso em: 10 de jul. 2025.
- LACERDA, L. X. B; SANTOS, C. E. F. **O movimento LGBT no Brasil: Reflexões sobre trajetória e lutas** (1970-2000).
- MEDVIÉDEV, P. N. **O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica**. Tradução de Sheila Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo e. São Paulo: Contexto, 2018.
- NEVES, I. S. Vidas que incomodam: Marielle Franco e o dispositivo colonial. **Revista da Anpoll**, Florianópolis, v. 53, n. 2, p. 315-330, maio-ago., 2022.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latino-americanas. Colección Sur-Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005.

SILVA, P. R. O pensamento liminar e a epistemologia da subalternidade: vinculação entre decolonialidade e colonialidade/modernidade. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 39, p. 296-307, 2021.

TERRA BRASIL. Deputado causa tumulto ao usar fala transfóbica com Érika Hilton na Câmara: 'Meu amigo'. YouTube, 20 de setembro de 2023. 3min24s. Disponível em: <<https://youtu.be/1qXEoYQ7QZg?si=WChxa6jyn-BcbmZ2>>. Acesso em: 10 de julho de 2025.

VOLÓCHINOV, V. **A palavra na vida e a palavra na poesia:** ensaios, artigos, resenhas e poemas. In: VOLÓCHINOV, V. A estilística do discurso literário II: A construção do enunciado. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019. p. 266-305.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem:** Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2021.

WALSH, C. Pedagogías Decoloniales. Prácticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir. Serie Pensamiento Decolonial. **Editora Abya-Yala.** Equador, 2023.

Recebido: 09/02/2026

Aceito: 02/07/2026

Publicado: 21/08/2026

COMO CITAR:

VALENTIM, Danielyson Yure de Queiroz; FEITOZA, Júnior Alves; BEZERRA, Luís Felipe Gomes. Decolonialidade, dialogismo e tensões sobre gênero: uma teia discursiva em conflito. **Colineares**, Mossoró, Brasil, v. 11, n. 1, p. 147–157, 2026. DOI: 10.59776/2357-8203.2026.7773. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RCOL/article/view/7773>.